# O Conceito de Pessoa e a Metafísica da Unidade Africana

*The Concept of Person and the Metaphysics of African Unity*

*El Concepto de Persona y la Metafísica de la Unidad Africana*

*Le Concept de Personne et la Métaphysique de L'unité Africaine*

Flaviano Lourenço Kambalu

Doutor. Universidade Katiavala Bwila. Benguela. Angola

fundileko@hotmail.com

DATA DA RECEPÇÃO: Fevereiro, 2018 | DATA DA ACEITAÇÃO: Maio, 2018

Resumo

A vocação à unidade é uma característica natural da pessoa humana porquanto esta é essencialmente livre, relacional e dialogante. A África é um complexo e heterogéneo mosaico de povos, línguas, raças, culturas, etnias e religiões, cujo fundamento metafísico de origem representa uma unidade indivisível na realidade histórica. O fundamento metafísico de origem é importante porquanto em todos os campos tudo o que une os seres humanos é mais forte do que o que os separa. Nisto, o diálogo é necessário para superar os preconceitos e desentendimentos históricos, as divisões, intolerâncias e fundamentalismos que infelizmente se vão intensificando na actualidade. O diálogo, conducente à unidade, não obriga, mas se move no respeito da liberdade da pessoa e da soberania de cada Estado. Enfim, trata-se de um diálogo sincero e fecundo que reconhecendo toda a legítima diversidade promove o respeito, a concórdia e a colaboração.

Palavras-chave: Pessoa humana, África, Fundamento Metafísico, Fundamento Metafísico e Diálogo.

Abstract

The vocation to unity is a natural feature of the human because it is essentially free, relational and dialoguing. Africa is a complex and heterogeneous mosaic of peoples,

languages, races, cultures, ethnic groups and religions, whose metaphysical foundation of origin represents an indivisible unity in historical reality. The metaphysical basis of origin is important because in all fields everything that unites human beings is stronger than what divides them. In this, dialogue is necessary to overcome the historical prejudices and disagreements, the divisions, intolerances and fundamentalisms that unfortunately are intensifying at the present time. The dialog, leading to the unit, doesn't oblige, but moves in respect of freedom of the person and of the sovereignty of each State. At last, it is a sincere dialog and fruitful that acknowledging all the legitimate diversity promotes respect, harmony and collaboration.

Keywords: The Human Person, Africa, Metaphysical foundation, Metaphysical foundation and Dialogue.

Resumen

La vocación a la unidad es una característica natural de la persona humana, que es esencialmente libre, relacional y dialogante. África es un mosaico complejo y heterogéneo de pueblos, lenguas, razas, culturas, etnias y religiones, cuyo fundamento metafísico de origen representa una unidad indivisible en la realidad histórica. El fundamento metafísico del origen es importante porque en todos los ámbitos lo que une a los seres humanos es más fuerte que lo que los separa. En este sentido, el diálogo es necesario para superar los prejuicios y los desacuerdos históricos, las divisiones, las intolerancias y los fundamentalismos que, desgraciadamente, se intensifican hoy en día. El diálogo, que conduce a la unidad, no obliga, sino que se mueve en el respeto a la libertad de la persona y a la soberanía de cada Estado. Por último, es un diálogo sincero y fructífero que, reconociendo toda la diversidad legítima, promueve el respeto, la armonía y la colaboración.

Palabras clave: Persona humana, África, Fundamento metafísico, Fundamento metafísico y diálogo.

Résumé

La vocation à l'unité est une caractéristique naturelle de la personne humaine, qui est essentiellement libre, relationnelle et dialogique. L'Afrique est une mosaïque complexe et hétérogène de peuples, de langues, de races, de cultures, d'ethnies et de religions, dont le fondement métaphysique de l'origine représente une unité indivisible dans la réalité

historique. Le fondement métaphysique de l'origine est important car dans tous les domaines, tout ce qui unit les êtres humains est plus fort que ce qui les sépare. À cet égard, le dialogue est nécessaire pour surmonter les préjugés et les désaccords historiques, les divisions, les intolérances et les fondamentalismes qui, malheureusement, s'intensifient aujourd'hui. Le dialogue, qui mène à l'unité, n'oblige pas, mais avance dans le respect de la liberté de la personne et de la souveraineté de chaque État. Enfin, il s'agit d'un dialogue sincère et fructueux qui, reconnaissant toute diversité légitime, favorise le respect, la concorde et la collaboration.

Mots-clés: Personne humaine, Afrique, Fondement métaphysique, Fondement métaphysique et dialogue.

Premissa

No actual contexto de crescente e incisiva globalização é difícil subtrair-se ao dever ou à necessidade de prestar conta de si mesmos. Neste clima cultural também a unidade africana é chamada a justificar-se, ou seja, a justificar o seu direito de continuar a ser. À primeira vista poderia parecer que a sua justificação não seja hoje um problema, visto que é cada vez mais difuso o uso do termo unidade e da expressão união africana. Mas urge reflectir nesta unidade à luz da filosofia para lhe compreender o seu verdadeiro significado.

Aprendemos com Nicola Abbagnano que «nada do que é humano é estranho à filosofia […] aliás esta é o mesmo homem que se interroga a si mesmo e procura as razões e o fundamento do seu ser».1 Esta é a filosofia na sua adesão à existência humana e ao mesmo tempo na sua amplitude em relação aos problemas do homem. Não de um homem que vive no Úrano mas do homem concreto que na sua vida experimenta ânsias e insuficiências, alegrias e esperanças, tristezas e angústias.2 Portanto, todas as coisas são susceptíveis de reflexão filosófica, inclusive a própria unidade africana exige filosofar.

De facto, filosofar é examinar a realidade, e isso, de um modo ou de outro, todos fazemos constantemente. Ao se tentar resolver os problemas globais, sociais ou pessoais, é impossível se abster da racionalidade. Entretanto há uma gama de situações onde a razão não pode avançar por falta, ou excesso de dados, o que impossibilita decisões objectivas. Entra em cena então a parte subjectiva humana, mais especificamente a Intuição, como

meio de direccionar nosso foco de entendimento e apontar caminhos a serem trilhados pela racionalidade.

Só que, actualmente, a filosofia passa por uma perda de identidade. Existe uma verdadeira inflação do termo filosofia e, como toda a inflação, é sintoma de queda de valores, de crise difusa e profunda. Hoje o termo filosofia indica muitas vezes coisas difíceis, próprias do hiperurânio e não o homem que, não aceitando passivamente as informações fornecidas pela experiência imediata, desenvolve uma postura de questionamento próprio sobre a realidade, interroga-se a si mesmo e metodológica e ordenadamente procura as razões e o fundamento do seu ser, buscando, como faziam os gregos, um instrumento fundamental e o único racionalmente possível, para a solução dos problemas da vida.

A confusão com relação à filosofia, e a desinformação geral, que permeia mesmo o meio académico, chega a ponto de permitir o surgimento de propostas quiméricas no sentido de se eliminar a Filosofia. Entretanto, ciência alguma pode se ocupar da macro realidade. O empirismo não pode ser aplicado à civilização humana, à mente, ao total. Quem estabelece a comunicação entre todos os segmentos do conhecimento continua a ser a filosofia. Cremos ser este o quadro em que se deve inserir a reflexão sobre a unidade africana, que aqui fazemos partindo da metafísica do termo pessoa.

Tal reflexão se torna urgente sobretudo se olharmos para os problemas que cada vez mais vão desafiando a unidade do continente africano. Há uma verdade, hoje admitida por quase todos e até pelos mais preconceituosos arqueólogos, de que a humanidade e a civilização desenvolveram-se na noite dos tempos no berço deste continente gigantesco chamado África3.

Temos consciência de que a África é um imenso continente com situações muito diversas; um complexo e heterogéneo mosaico de povos, línguas, raças, culturas, etnias e religiões, mesmo dentro das mesmas fronteiras políticas. Embora esta imensidão nos aconselhe a não fazer generalizações na avaliação dos problemas não nos impede de buscar e propor soluções aos problemas inerentes à falta de unidade que a nosso ver pode podem assentar sobre o conceito de pessoa.

## 1. Breve excursus histórico-filosófico do conceito de pessoa

### 1.1 A densidade semântico-etimológica do termo pessoa

A densidade semântica do termo pessoa formou-se no tempo graças ao contributo cultural de muitos filões de reflexão. O conceito de pessoa tem, pois, um percurso rico, quanto complexo.

De recordar que na antiguidade greco-romana não se encontra bem claro o conceito de pessoa. Todavia, seria incorrecto pensar que o conceito de pessoa tenha nascido nos nossos dias.

Etimologicamente, e segundo algumas pesquisas atentas, os primeiros indícios do termo pessoa encontram-se no âmbito da cultura etrusca. De facto, o termo phersu, utilizado nos ritos em honra de Phersepona e que significaria máscara4 passou a significar o indivíduo mascarado, a personagem que o actor representa no drama, ou seja, o indivíduo humano, moral e social5.

Nesta senda do indivíduo mascarado, Edith Stein observa que visto que nas comédias e nas tragédias se representavam personagens famosos, o nome pessoa foi imposto para significar sujeitos que tinham um papel na sociedade, por isso, alguns definem a pessoa como «uma hipóstase marcada por uma qualificada conexão com a sua dignidade» 6.

Não encontra fundamento adequado a etimologia proposta por Boécio, que liga pessoa ao verbo personare, aludindo à amplificação da voz de quem fala por detrás da máscara. Assim, pessoa é, segundo Boécio, «decta est volvatur sonus» 7. Também não é correcto afirmar que pessoa seja a contracção de per se una, como quereria a proposta de Alano di Lilla8.

## 1.2 O percurso evolutivo do conceito de pessoa

Com Cícero e Séneca, a evolução do conceito de pessoa deu passos importantes sem, contudo, chegar à definição hodierna.

Do segundo século em diante, o conceito de pessoa entra no uso corrente, na onda do esforço de clarificação exigida pelas controvérsias teológicas sobre o dogma trinitário. Porém, foi com Boécio que o conceito de pessoa adquire o actual conteúdo teórico. E isto no contexto da clarificação conceitual sobre as questões teoréticas que emergiam da doutrina sobre a Trindade.

Segundo Boécio «persona est rationalis naturae individua substantia» (pessoa é substância individual de natureza racional) 9. Boécio elabora esta definição, servindo-se do património filosófico grego e latino. De facto, ele sistematiza os conceitos latinos de persona, natura e substantia, estabelecendo uma equivalência com os vocábulos gregos πρόσωπον, οὐσία, ὑπόστασις que na oscilação terminológica do tempo eram usados de maneira equívoca e confusa.

Com Boécio, a natura toma definitivamente o lugar de οὐσία, entendida como essência, e substantia passa a traduzir o grego ὑπόστασις10. São poucos os filósofos que, no medievo, não tinham encontrado a definição de Boécio satisfatória, porque essa interpretava a realidade que se tentava definir, precisando-lhe o significado.

Esta definição, pessoa é substância individual de natureza racional que, durante o medievo, faz cultura e caracteriza a tradição teológica latina, surge sob o impulso das disputas contra os nestorianos, os quais sustentavam que, em Cristo havia duas naturezas e duas pessoas em união permanente e moral; e contra os monofisistas que sustentavam a existência em Cristo de uma só natureza, a divina11.

Na definição de Boécio, o termo pessoa tem um sentido mais específico e refere-se à estrutura fundamental e metafísica do indivíduo, ou seja, à substância individual dotada de uma natureza racional. Quer dizer, nem todos os seres naturais são pessoas, mas apenas aqueles substanciais.

Por isso, a pessoa é substância individual. É individual porque tem características que a distinguem dos outros indivíduos da mesma espécie; características que não são definíveis nem comunicáveis aos outros. É substância porque é existente em si, por si e em nenhum outro. Dizer substância individual significa, portanto, dizer que a pessoa não tem necessidade, para existir, de aderir a um outro ser, e contém no seu quid alguma coisa de incomunicabilidade, que divide com nenhum outro12.

A pessoa é igualmente de natureza racional. O seu conhecer não é impresso na matéria, nem é limitado por essa. Dizer natureza racional significa, por isso, que a pessoa não só exerce as actividades conexas à natureza, mas tem a capacidade de desenvolvê-las, capacidade possuída por natureza, ou seja com o nascimento13. A pessoa é, pois, o gau mais elevado de ser substancial, porque essa é consciente do seu ser substância individual.

Toda a pessoa é, portanto, antes de mais um indivíduo. Mas ao mesmo tempo, muito mais que indivíduo, porque não é uma personagem, mas uma substância individual, que possui em si uma certa dignidade em razão da sua racionalidade. Por isso, não basta afirmar que a pessoa é algo de individual e nem mesmo que é uma substância ou uma natureza, para defini-la do ponto de vista metafísico.

Visto que a individualidade é acidente, isto é, pertence àquilo que existe como perfeição e é característica de um sujeito, e enquanto a substância e a natureza indicam o que é próprio da espécie, ocorre a substância individual de uma natureza racional, para que exista pessoa. Ocorre, portanto, que se refira a uma substância individualizada de um ser racional, para que exista pessoa do ponto de vista metafísico. Somente um ser racional pode corresponder à dignidade de pessoa, porque pessoa é, enfim, um ser em si, que não pode ser substituído por um outro e que é capaz de operações próprias e racionais.

Revisitando o pensamento precedente e partindo do esquema e da fórmula de Boécio, São Tomás elabora a sua definição de pessoa como «subsistens in rationali natura» 14.

Com a fórmula subsistens in rationali natura, São Tomás evidencia não só o aspecto comum – pressuposto universalmente aceite da pessoa – assim como expresso pela substância individual da definição de Boécio, mas evidencia sobretudo aquele individual, isto é, o existente considerado na acepção mais própria, ou seja o seu ser único e irrepetível. De facto, na definição de Boécio a substância individual, parece ser concebida como individualidade. A individualidade, porém, é determinação da coisa e não ainda do quem; é uma conotação natural da pessoa e não da mesma pessoa.

São Tomás condensa o conceito de pessoa nos termos subsistente e racional para indicar o que de mais nobre e perfeito há no universo; e por isso afirma: «persona significat id quod est perfectissimum in tota natura, scilicet subsistens in rationali natura» 15.

Pessoa é a natureza racional que existe num indivíduo concreto. Por isso, somente aquilo que é subsistente numa natureza racional pode ser chamado pessoa. E é o subsistir de maneira individual na natureza racional que confere a dignidade à pessoa, ou seja, «quia magnae dignitatis est in rationali natura subsistens ideo omne individuum rationalis naturae dicitur persona» 16.

De tudo isto emerge que a nobreza da pessoa humana não é a abstracta razão – como parece indicar a natureza racional da definição de Boécio – mas a racionalidade possuída

por um subsistente, ou seja, de um ser concreto. E este em virtude de um actus essendi próprio, que confere actualidade à substância e às suas determinações. Tudo isto que a pessoa sabe, quer e faz, brota do próprio acto em virtude do qual é aquilo que é.

Da elaboração de São Tomás compreende-se essencialmente o carácter racional da pessoa; racional enquanto capaz de ser consciente do próprio ser17. A pessoa é todo o indivíduo de natureza racional, livre, atravessado por tradições e culturas, responsável, relacional, inteligente, volitivo, dialogante e por isso, fundamento de unidade entre indivíduos e povos.

## 2. Do conceito da pessoa à construção da unidade africana

Antes da conquista das independências os colonos procuravam inflamar as diferenças fechando as colónias em si mesmas, num clima de reserva ciumenta, de distância e quase de desconfiança. Com as independências os encontros entre países antigamente colonizados se multiplicaram e o clima tornou-se de abertura e de colaboração. E com a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), que veio desempenhar o papel extremamente precioso de lugar de encontros, de órgão de diálogo e de troca de experiências entre Chefes de Estado e de Governo africanos, o esforço para a unidade se exprimiu de modo mais visível.

Contudo, a vocação à unidade é uma característica natural da pessoa humana porquanto esta é essencialmente livre, relacional e dialogante. E enquanto essencialmente relacionais e dialogantes existem nos homens aqueles elementos comuns que constituem a sua natureza e que os distinguem das outras espécies de seres. Todos os homens têm as mesmas tendências e exigências fundamentais quanto ao anélito da unidade. Todo o homem é chamado à comunhão e está aberto à comunicação e ao diálogo.

O homem é capaz, pois, de intercâmbio, de dar-se aos outros e deles receber, porque a sua natureza o abre à comunhão, à comunicação e à unidade. A sua natureza relacional e dialogante não é apenas uma necessidade mas é sobretudo um dom que o ambiente que o impede de continuar fechado e isolado no egoísmo e aberto aos conflitos. De facto, o homem é aquilo que é pela sua inconfundível individualidade, mas também pelo seu ser aberto ao outro e às realidades extrínsecas, por causa da sua sociabilidade. A sociabilidade é, pois, uma expressão da sua humanidade, e a unidade, uma sua actuação.

Por isso, a unidade africana pressupõe a união consciente entre africanos, e o comum e orgânico esforço, para conseguir o bem humano integral. A unidade africana, na base da descoberta da comum humanidade, articula-se na corresponsabilidade generosa de todos para com todos, e em cada povo africano tomar sobre si as dificuldades e os problemas dos outros povos do continente para alcançar o bem comum18.

Enfim, a unidade encontra a sua raiz na essência metafísica da pessoa humana e exprime, por conseguinte a estrutura ontológica dos africanos e diz respeito à própria possibilidade da sua realização. Por isso, as divisões e os conflitos lupescos não fazem parte da normalidade africana.

Portanto, apesar de África ser um imenso continente com situações muito diversas; um complexo e heterogéneo mosaico de povos, línguas, raças, culturas, etnias e religiões, mesmo dentro das mesmas fronteiras políticas, o continente africano explica-se como unidade na diversidade. E enquanto africanos reconhecemos que a unidade nos é garantida metafisicamente pela origem, pelo facto mesmo de sermos africanos – do Cabo ao Cairo, de Dar es-Salaam a Dakar – mas sobretudo pelo facto de sermos pessoas humanas.

O fundamento metafísico de origem representa uma unidade indivisível na realidade histórica, uma força inspiradora e enriquecedora para os africanos que pode mesmo superar as diversidades presentes nos Estados africanos, a incomunicabilidade geográfica, a hipocrisia, as tensões e os desejos separatistas, e conduzir a um compromisso claro entre os africanos, respeitando as suas diversidades e os seus interesses recíprocos; empenhando num projecto comum para uma África mais humana e mais social, em que reinem sempre o respeito mútuo, o reconhecimento e a protecção dos direitos humanos fundamentais e se faça valer o lado melhor dos africanos, os valores basilares da paz, da justiça, da liberdade, da tolerância, da participação e da solidariedade. Este fundamento metafísico de origem é importante porquanto em todos os campos tudo o que une os seres humanos é mais forte do que o que os separa.

Contudo, a unidade africana deve ser construída e aprofundada de forma dinâmica e incessante, porque os pressupostos da união, representados pelos factores geográficos; pela multiplicidade das tradições regionais, nacionais, culturais e religiosas; pelos interesses económicos, trocas económicas pacíficas e seguras; pela herança e tradições socioculturais africanas mais autênticas, em si não bastam para criar a união política. É

necessário voltarmos à metafísica da unidade e reelaborar juntos a história da África que além das muito boas experiências de unidade é ainda caracterizada, nalguns casos, por desentendimentos, lutas fratricidas entre etnias e até por conflitos bélicos.

Com razão, Kwame Nkrumah, apelava, na sua obra A África deve unir-se, à unidade, não tanto para indicar a necessidade ou condição de estar unidos, mas sobretudo o acto de se unir porque os pressupostos geográficos e económicos, por si só, não bastam para criar a união. Ocorrem instituições vinculativas bem como vontade e consciência de pertença, a um mesmo continente chamado África. A consciência deve preceder à formação política da unidade africana que não se poderá alcançar de forma duradoira sem valores comuns. Outrossim, ocorre recordar que a unidade é em si um bem somente quando é ordenada, quando responde à razão objectiva da verdade, da justiça e do bem. O mesmo é dizer que a unidade é um bem que vale tanto quanto respeita o que há de valor nas partes que a compõem.

A unidade perde valor quando se realiza de modo maciço, esmagador, absoluto, destruidor e totalitário abolindo o espaço que permite o diálogo, destruindo desta forma a esfera em que os homens agem, tomam decisões comuns e operam colaborando. Por isso, sem liberdade nem diálogo a unidade africana seria impossível porque a África não seria mais o espaço onde cada indivíduo aos outros as próprias capacidades em vista do bem comum, segundo princípios de igualdade substancial. Neste sentido a África seria um conjunto de indivíduos e por conseguinte um conjunto de Estados sem laços entre si. Cada um veria o outro não como um semelhante, com quem é chamado a relacionar-se e tomar iniciativas, mas um inimigo de quem se defender.

Enfim, para reconstruir a unidade africana deve-se partir da pessoa humana e ocorre uma política que envolva todas as pessoas e forças a todos os níveis na busca do bem comum, ou seja, na busca daquele conjunto de elementos essenciais que respondem às exigências intrínsecas e imutáveis da natureza humana. Trata-se, pois, de condições económicas, jurídicas, morais e religiosas que tornam possível e favorecem o conseguimento pleno e fácil do desenvolvimento integral das pessoas.

As exigências históricas e os significados de unidade são sempre mutáveis. Mudam conforme se entenda o que leva os homens a unirem-se, a nível ontológico e histórico, ou seja, consoante a efectiva existência daquele princípio originário em cada homem e povo ou consoante o plano social, político, religioso e cultural em que se actua a unidade. De

facto, não poucas vezes, os próprios acontecimentos históricos e as próprias diferenças exigem que se redefinam os instrumentos políticos para construir uma nova ordem inspirada numa nova filosofia de relações entre povos e Estados, que vão além do que no passado não foi possível. Tais diferenças podem provir de uma profunda oposição e de uma divergência quanto ao fim. As diferenças podem provir também de uma dupla visão de um mesmo objectivo. Seja qual for a origem das diferenças a atitude sadia é compreender as realidades e promover o diálogo e ver como as próprias diferenças permitem situar melhor o objecto.

Por isso, é mister que nos diversos âmbitos, questões e temas sobre os quais incumbe o risco da divisão, os africanos usem a mesma linguagem e falem a uma só voz, cultivando e empenhando-se intensa, livre e conscientemente ao diálogo.

O diálogo é fundamental para a vida política sobretudo quando exerce a função da busca da verdade e do bem. No caso da África o diálogo torna-se uma exigência insubstituível para superar as divisões, intolerâncias e fundamentalismos que, infelizmente se vão intensificando na actualidade. O diálogo é igualmente fundamental para superar os preconceitos e desentendimentos históricos, culturais, raciais, sociais e religiosos e promover e concretizar a unidade, a justiça e a paz, não só por causa do pluralismo étnico, cultural, racial, social e religioso do continente, mas sobretudo por causa do seu pluralismo político, pois, através do diálogo cada indivíduo ou povo enriquece o próprio ponto de vista e converge para as noções de verdade e de bem humano e se empenha a potenciá-las corresponsavelmente para a unidade.

O diálogo é também essencial para a unidade política, social e económica e o desenvolvimento integral dos povos e dos Estados africanos, pois, tal como os povos também os Estados têm necessidade uns dos outros para se encontrarem a si próprios e no encontro com os outros se realizarem plenamente. Por isso, o isolamento seria um impedimento insuperável para a unidade e a realização do próprio continente africano.

Tal diálogo deve basear-se em valores, princípios e normas aceites, e deve ser assegurado por um sistema constitucional e de direito; pela promoção da justiça, da paz e da liberdade para o continente africano; pela experiência da verdade e pela busca constante de compreensão dos fundamentos que têm plasmado a União Africana.

O diálogo não se processa sem dificuldades e é alcançável através da discussão e argumentação; é reconhecível por todos a partir de um comum confronto que se funda

sobre a dignidade pessoa humana e é possível a diversos níveis: no plano da experiência quotidiana para as questões sociais, comunitárias, familiares, éticas e ecológicas; no plano do encontro das culturas para o respeito e o melhor conhecimento recíproco; no plano desportivo para o cultivo do sentimento de pertença a um todo continental; no plano político para questões que dizem respeito à segurança económica, cultural e jurídica; no plano militar para questões que dizem respeito à garantia da segurança e integridade territorial bem como à erradicação de conflitos em África.

Trata-se de um diálogo gradual e sempre pronto a recomeçar. Um diálogo que não obriga, mas se move no respeito da liberdade pessoal e civil e da soberania de cada Estado; trata-se de um diálogo que não é apenas instrumental nem nasce de tácticas ou de interesses, mas um diálogo sincero e fecundo que reconhecendo toda a legítima diversidade promove o respeito, a concórdia e a colaboração.

Enfim, trata-se de uma actividade que apresenta motivações, exigências e dignidade própria e implica um mútuo esforço de compreensão por parte dos interlocutores que se compreendem verdadeiramente quando descobrem, além dos laços que os unem e os integram uns aos outros e dos valores a eles comuns, as razões ideais em que cada um deles se inspira para realizá-los.

Outrossim, tal diálogo destina-se a produzir efeitos extraordinariamente benéficos, como o aumento da maturidade dos africanos – numa penetração mais autêntica da complexa realidade do mundo hodierno em que a África se move – a resolução dos problemas, a superação dos desafios relacionados com a unidade e a luta pela prosperidade e felicidade de todas as nações bem como pela segurança e bem-estar do continente africano.

Tudo isso levanta muitos e difíceis problemas de ordem económica, social e política. Porém, está de facto que diante das diferenças e dos antagonismos que o continente africano vive actualmente, só a consciência da comum humanidade e o diálogo franco, lúcido e proveitoso pode permitir construir um caminho de tolerância e aceitação mútuas para a realização de uma convivência respeitosa e articulada na reciprocidade sobre o fundamento da dignidade da pessoa humana, da mobilidade interna, da integração sócio-económica do continente e do florescimento de um mercado interno. Isto fará também com que os africanos não sejam meros fornecedores de matérias-primas aos outros continentes e consumidores de produtos estrangeiros, mas produtores e consumidores de produtos do seu próprio continente.

Um diálogo não inibido por complexos de superioridade ou de inferioridade, mas um diálogo franco na base da consciência de pessoas humanas e do respeito recíproco. De facto, sem diálogo franco não há progresso porquanto o progresso é liberdade, e somente a verdade que pode exprimir-se nos torna livres.

Referências Bibliograficas

ABBAGNANO, Nicola, Storia della filosofia I, UTET, Torino 1963.

BERTI, Enrico, Il concetto di persona nella storia del pensiero filosofico, in AA.VV., Persona e personalismo. Aspetti filosofici e teologici, Fondazione Lanza, Padova 1992.

DI NISSA, Gregorio La grande catechesi, CIttà Nuova, Roma 1982.

ELUNGU, P. E. A., Eveil philosophique africain, Éditions L'Hartmattan, Paris 1984.

KAMBALU, Lourenço Flaviano, A democracia personalista. Os fundamentos onto-antropológicos da política à luz de Pietro Pavan, Paulinas, Lisboa 2012.

MICAELLI, Claudio, "Natura" e "Persona" nel "Contra Eutychen et Nestorium" di Boezio: Osservazioni su alcuni problemi filosofici e linguistici, in Luca OBERTELLO (a cura di), Atti del Congresso Internazionale di Studi Boeziani (Pavia 5-8 ott. 1980), Herder, Roma 1981.

MIGUEL, Pedro F., África. Uma visão global, Viverein, Roma 2013

MONDIN, Battista, Introdução à filosofia. Problemas, sistemas, autores, obras, Paulus, São Paulo 200714.

_____, Curso de filosofia. Os filósofos do Ocidente, vol.I, Paulus, São Paulo 200714.

NAZIANZENO, Gregorio, I cinque discorsi teologici, CIttà Nuova, Roma 1986.

NÉDONCELLE, Maurice, Prosopon et persona dans l'antiquité classique. Essai di bilan linguistique, in «Revue des sciences religieuses» XXII (1948) 277-299; A. MILANO, Persona in teologia, Dehoniane, Napoli 1984

PANNIKKAR, Raimondo, Il messaggio dell'India di ieri al mondo di oggi, in «Filosofia», n. 22, 1971, pp. 3-10.

REALE Giovanni – ANTISERI, Dario, Il pensiero occidentale dale origini ad oggi, vol. I, Editrice Scuola, Brescia 200022.

RIGOBELLO, Armando, Perché la filosofia, Editrice La Scuola, Brescia 19975.

ROVIGHI, Sofia Vanni, Elementi di filosofia, Editrice La Scuola, Brescia 19755.

SERRANO, Carlos –WALDMAN, Maurício, Memória d'África. A temática africana em sala de aula, Cortez Editora, São Paulo 20082.

STEIN, Edith, Essere finito e essere eterno. Per una elevavazione al senso dell'essere, Città Nuova, Roma 1988, p. 380.

TRANFO, Luigi, Africa. La transizione. Tra sfruttamento e indifferenza, E.M.I., Bologna 1995.